



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO V DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2022 – MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo n. 0002690-85.2022.4.01.8012)

CONTRATO N. _____/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E EMPRESA _____ PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS E GRUPOS GERADORES POR MEIO SISTEMA INFORMATIZADO E REDE CREDENCIADA PARA ATENDER A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA E SUAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 10470754.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, sediada na _____, n. _____ – _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail _____, representada pelo(a) _____, Senhor(a) _____, conforme representação outorgada por contrato social, id. _____.

Nesta data, as partes acima qualificadas, celebram o presente instrumento, decorrente do Processo Administrativo Eletrônico n. 0002690-85.2022.4.01.8012 e do Pregão Eletrônico n. ____/2022, em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente contratação tem como objeto a prestação continuada de serviços de gerenciamento de frota de veículos e grupos geradores, consistente na implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela CONTRATADA prestem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagem de veículos, serviços de guincho, manutenção preventiva e corretiva, fornecimentos de peças, pneus e demais materiais à frota de veículos e grupos geradores desta Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculada, atender também a demandas excepcionais de aquisição de combustíveis para a logística do Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial do Baixo Madeirada – JEFITF, serviços de revisão periódicas enquanto os veículos estiverem no prazo de garantia dos fabricantes, serviços esses realizados nas concessionárias correspondente a cada marca de veículo, por um período de 30 (trinta) meses.

§ 1º A descrição detalhada desta contratação encontra-se disposta no Termo de Referência, id. _____, na Proposta Comercial, id. _____, na Especificação Técnica, id. _____, e na Relação de Veículos e Grupos Geradores, id. _____, que figuram como anexos deste instrumento.

§ 2º Os serviços, materiais e quantidades especificados no Anexo III deste instrumento são estimados, os quais serão utilizados/consumidos conforme demanda e necessidade, e não obriga a CONTRATANTE o seu consumo total.

§ 3º A CONTRATADA deverá credenciar e apresentar relação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, exceto para o município de Porto Velho, em que o prazo será de até 10 (dez) dias corridos, de postos, oficinas, autopeças e lava jato, para os serviços e aquisições para a frota de veículos do CONTRATANTE, nas cidades relacionadas, com as respectivas quantidades mínimas de oficinas e autopeças para o atendimento de manutenção da frota nas cidades, conforme exigências dispostas neste

Contrato e no Termo de Referência.

§ 4º A frota é composta de 15 (quinze) veículos e 2 (dois) grupos geradores, conforme especificações e localizações constante no Anexo IV deste instrumento.

§ 5º Vinculam-se a este instrumento contratual, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, incluindo o Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total estimado deste contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente ao período de 30 (trinta) meses, com pagamentos mensais conforme consumos apurados no mês de referência, acrescido da taxa de administração.

§ 1º A taxa de administração (%) a ser cobrada pela CONTRATADA é de __, __% (_____).

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL RELATIVO À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (a)	VALOR ANUAL ESTIMADO A SER GASTO COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO R\$ (b)	VALOR ANUAL ESTIMADO RELATIVO À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ (c = a x b)	VALOR GLOBAL ESTIMADO A SER GASTO COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO R\$ (d)	VALOR GLOBAL ESTIMADO RELATIVO À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ (e = a x d)
1	Serviços de gerenciamento de frota de veículos e grupos geradores, consistente na implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, lava jatos, oficinas, concessionárias e autopeças credenciados pela CONTRATADA prestem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes, lavagem de veículos, serviços de guincho, manutenção preventiva e corretiva, fornecimentos de peças, pneus e demais materiais à frota de veículos e grupos geradores desta Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculada, atender também a	__, __%	112.000,00		280.000,00	

<p>demandas excepcionais de aquisição de combustíveis para a logística do Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial do Baixo Madeira – JEFITE, serviços de revisão periódicas enquanto os veículos estiverem no prazo de garantia dos fabricantes, serviços esses realizados nas concessionárias correspondente a cada marca de veículo, por um período de 30 (trinta) meses.</p>					
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO R\$ (b + c)					
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO R\$ (d + e)					

§ 2º Os valores inclui todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de gerenciamento dos serviços e fornecimento de materiais, como também os pagamentos de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

§ 3º O valor estimado anual previsto para realização das despesas referente a combustíveis, peças/insumos e serviços relativos a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos grupos geradores foi calculada com base nos consumos dos últimos 2 (dois) anos e com relação ao limite orçamentário disponível para o exercício de 2023, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR ANUAL ESTIMADO R\$	VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$
Combustíveis	65.000,00	162.500,00
Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva; Peças/Insumos; Lavagem	47.000,00	117.500,00
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO R\$		112.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$		280.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido: _____; Naturezas de Despesas: 339039 – Serviço de Pessoa Jurídica e 339030 – Material de Consumo, conforme Notas de Empenhos estimativas a serem emitidas no exercício de 2023.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros seguintes, as despesas desta contratação serão custeadas com créditos orçamentários dos respectivos exercícios, os quais serão emitidos notas de empenhos estimativas.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento é de 30 (trinta) meses, com início em 09/01/2023 e término em 08/07/2025.

§ 1º O presente Contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666, de 1993, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos, de forma simultânea, os seguintes requisitos:

- a. prestação regular dos serviços e manutenção das condições de habilitação;
- b. manutenção de interesse da contratante na realização dos serviços, conforme manifestação do gestor do contrato;
- c. disponibilidade orçamentária para a prorrogação;
- d. manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a contratante;
- e. concordância expressa da contratada.

§ 2º A aplicação das penalidades de declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; de impedimento de licitar ou contratar com a União e de suspensão de licitar e contratar com a CONTRATANTE impede a prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos deste instrumento, do Edital de Licitação e de seus anexos;
- b. Fornecer para a CONTRATANTE os cartões dos veículos e dos grupos geradores, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da CONTRATADA;
- c. Credenciar e apresentar relação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, exceto para o município de Porto Velho, em que o prazo será de até 10 (dez) dias corridos, de postos, oficinas, autopeças e lava jato, para os serviços e aquisições para a frota de veículos da CONTRATANTE, nas cidades relacionadas, com as respectivas quantidades mínimas de oficinas e autopeças para o atendimento de manutenção da frota nas cidades conforme exigências deste instrumento;
- d. Providenciar e manter os credenciamentos necessários, na forma do Anexo III deste instrumento, para que a CONTRATANTE realize, no mínimo, 3 (três) orçamentos para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para aquisição de peças/insumos, por meio do sistema informatizado, quando forem realizados nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), podendo ser dispensada essa exigência, de forma excepcional, quando o veículo estiver em trânsito em outros municípios, em viagens a serviço;
- e. Entregar/disponibilizar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças e combustíveis adquiridos, serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência;
- f. Acatar prontamente as solicitações do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas, fornecendo garantia das peças e serviços realizados;
- g. No caso de perda ou dano do cartão ou de inclusão de novos veículos à frota, fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento do pedido, um novo cartão para o veículo;
- h. Manter, durante a vigência contratual, os estabelecimentos credenciados conforme quantitativos especificados no Anexo III deste instrumento;
- i. Informar mensalmente sobre inclusões ou exclusões de postos de abastecimento, oficinas e lava jato na rede credenciado;
- j. Repassar prontamente o pagamento aos postos, oficinas e lava jatos credenciados que prestaram serviços à CONTRATANTE, ficando claro e estabelecido que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, sendo a referida quitação de total responsabilidade da CONTRATADA;
- k. Manter nos postos, oficinas e lava jatos credenciados identificação de sua adesão à rede de serviços da CONTRATADA;
- l. Providenciar a imediata correção de erros cometidos no processamento dos dados dos serviços executados, ou pelo sistema, apontadas pela CONTRATANTE, que possam comprometer o registro histórico das informações gerenciais;
- m. Orientar a sua rede de postos credenciados que os preços praticados para abastecimento, por meio do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade, conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP para o estado de Rondônia;
- n. Orientar a sua rede de oficinas e lava jatos credenciados que os preços praticados para os serviços, através do sistema, sejam compatíveis com os preços médios praticados no mercado em cada localidade;

- o. Garantir que os postos que compõem a sua rede credenciada possuam Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Registro de Revendedor Varejista, expedido pela ANP – Agência Nacional do Petróleo;
- p. Prestar treinamento com carga horária mínima de 8 horas ao gestor e aos usuários do sistema informatizado de manutenção da frota de veículos, no intuito de orientá-los à correta utilização do mesmo, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;
- q. Fiscalizar os serviços sistêmicos dos postos, oficinas e lava jato no sentido de obter um resultado satisfatório do sistema;
- r. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;
- s. Dispor permanentemente para o CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota de veículos, obtidos durante a vigência do contrato, no formato e padrão definidos pelo CONTRATANTE, e compatíveis ao seu sistema informatizado;
- t. Disponibilizar ao CONTRATANTE, ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado, por até 90 (noventa) dias após o término do contrato;
- u. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução do objeto;
- v. Indicar e manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representar a CONTRATADA, durante a execução do Contrato;
- w. Possuir estrutura de consultoria permanente durante a vigência contratual, que deverá ser realizada com visitas à unidade central do CONTRATANTE por profissional devidamente autorizado pela CONTRATADA, tecnicamente habilitado para manutenção do sistema informatizado e à emissão de relatórios e documentos específicos, que contribuam para a melhor gestão da frota de veículos, ou por meio remoto *call center*;
- x. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- y. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual;
- z. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste instrumento, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- aa. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes à CONTRATANTE ou a terceiros;
- ab. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultante da execução deste instrumento;
- ac. Atender às solicitações da CONTRATANTE nas condições e prazos estabelecidos no presente instrumento, prestando todas as informações e orientações necessárias acerca do funcionamento e da operação dos equipamentos;
- ad. Ampliar e disponibilizar rede de postos e oficinas credenciados, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido, sem custos adicionais;
- ae. Manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do Contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;
- af. Guardar sigilo dos dados e informações referentes aos serviços prestados, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de penalidades cabíveis;
- ag. Manter-se, durante a execução do Contrato, compatível com as obrigações assumidas, de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em face do disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n. 8.666, de 1993;
- ah. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução do objeto contratado;
- b. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- c. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e nas demais regras a ele aplicadas;
- f. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao Contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
- g. Dar conhecimento dos termos deste instrumento aos portadores dos cartões do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.
- h. Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, requisitado ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa;
- i. Requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, no caso de extravio ou danos ao cartão, no prazo máximo de 7 (sete) dias consecutivos, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da mesma;
- j. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação dos mesmos;
- k. Informar imediatamente à CONTRATADA o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo;
- l. Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e/ou ações oriundas da utilização indevida dos mesmos;
- m. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão destinado aos veículos;
- n. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto deste instrumento;
- o. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com este instrumento;
- p. A existência da fiscalização por parte do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços ora assumidos;
- q. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, e manter atualizado junto à CONTRATADA o cadastro completo dos veículos e motoristas autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam: tipo da frota (própria, terceiros, locada), placa, chassi, marca, tipo, combustível (gasolina, diesel, álcool), lotação – Seção ou Subseção Judiciária, capacidade do tanque, hodômetro e nome, matrícula e lotação dos motoristas autorizados;
- r. Incluir no cadastro, a partir de solicitação formal do CONTRATANTE, no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente;
- s. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, em dois níveis; o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e de usuários (apenas com acesso a relatórios), bem como responsabilizar-se pela troca das senhas dos mesmos em caso de demissão, férias ou mudança de lotação;
- t. Como a CONTRATADA disponibilizará acesso ao Sistema de Gestão de Frotas em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo CONTRATANTE, o mesmo se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
- u. Encaminhar o veículo para abastecimento nos postos e à manutenção para as oficinas da rede credenciada pela CONTRATADA;
- v. Solicitar e aprovar pelo sistema informatizado da CONTRATADA, os orçamentos de peças, materiais e serviços necessários para manutenção dos veículos da frota;
- w. Fiscalizar *in loco* a execução dos serviços, cujos orçamentos apresentados foram minuciosamente analisados, prevalecendo aquele com menor preço global;
- x. Providenciar, no mínimo, 3 (três) orçamentos para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para aquisição de peças/insumos, por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, quando forem realizados nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), podendo ser dispensada essa exigência, de forma excepcional, quando o veículo estiver em trânsito em outros municípios, em viagens a serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente por meio de depósito em conta-corrente da CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal, contendo dados bancários, após o ateste do gestor do contrato.

§ 1º O recebimento e a aceitação do objeto serão realizados pelo gestor designado pela CONTRATANTE, no corpo da nota fiscal ou mediante certidão avulsa, sendo esta condição indispensável ao processamento do pagamento.

§ 2º O relatório de materiais e serviços também deve ser apresentado juntamente com a nota fiscal, podendo ser retirado diretamente do sistema, de forma a consolidar as informações analíticas de consumo, por veículo e por grupo gerador, por tipo de despesa, estabelecimento, período de referência e demais informações que permitam a conferência e ateste das despesas.

§ 3º No corpo da nota fiscal ou Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. objeto de fornecimento (quantidade, preço unitário e preço total);
- b. o mês a que se refere e o número do contrato;
- c. nome do banco, número da agência e da conta-corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

§ 4º Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

§ 5º Para fins de pagamento consultar-se-á on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafe, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 7º No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

§ 8º A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

§ 9º Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

§ 10 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

O percentual da taxa de administração contratada será irreajustável, visto que os valores dos combustíveis, peças/insumos e serviços de manutenção preventiva e corretiva serão pagos com base no valor de mercado, no ato da realização das despesas, os quais serão sempre atualizados com índices próprios e inflacionários pela rede de credenciados da CONTRATADA, mantendo, portanto, os preços de mercado atualizados.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste instrumento sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666, de 1993, incidentes sobre o valor do Contrato, na forma seguinte:

- a. O atraso injustificado na implantação, na entrega e/ou substituição dos cartões magnéticos poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do Contrato, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total contratual a partir do 5º (quinto) dia de inadimplência da obrigação;
- b. O atraso injustificado na manutenção de postos, oficinas e lava jatos, credenciados nas quantidades exigidas no presente instrumento poderá ensejar multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do Contrato, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, podendo ser configurada a hipótese de inexecução total do contrato a partir do 5º (quinto) dia de inadimplência da obrigação;
- c. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 0,5% (cinco décimos de por cento) ao dia, até o limite de 05 (cinco) dias consecutivos, com base no valor do contrato ou do valor apurado no mês de referência, conforme o caso e gravidade a ser apurada;
- d. Os atrasos injustificados superiores a 05 (cinco) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a

inexecução da obrigação, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993;

- e. A não manutenção, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos mensais, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, poderá ser aplicada multa de 3% (três por cento) do valor total que deveria ser contratado ou dos valores mensais apurados, conforme o caso.

§ 1º Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá aplicar somente a penalidade de advertência, conforme manifestação do gestor do contrato.

§ 2º Na aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento, a CONTRATANTE poderá, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas, previstas no art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993.

§ 3º Independentemente da aplicação das multas moratórias, a CONTRATANTE poderá aplicar a multa punitiva prevista no art. 87, II, da Lei n. 8.666, de 1993, que deverá ser no máximo 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

§ 4º As multas moratórias previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE.

§ 5º Poderão ser aplicadas ainda à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993 e no art. 7º da Lei n. 10.520, de 2002, de forma acumulativa com a multa moratória, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento:

- a. advertência;
- b. multa punitiva de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. impedimento de licitar e contratar com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas "c" e "d" deste parágrafo.

§ 6º Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições da contratação, e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.

- a. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada ao gestor do contrato, até data do vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.
- b. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas no instrumento contratual.

§ 7º As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela CONTRATANTE, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

§ 8º A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, após o regular procedimento de apuração de responsabilidade, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

§ 9º A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, os quais gerem custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

§ 10. No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento da União – GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

§ 11. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente – até o último dia do mês anterior ao do pagamento – e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 12. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 13. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§ 14. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do Contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor e fiscais, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas, designados pela CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço, com a seguinte composição:

- a. Na Capital, a gestão do contrato e a fiscalização da execução dos serviços ficarão a cargo do responsável pela Seção de Segurança, Vigilância e Transportes – Sevit;
- b. Nas Subseções Judiciárias do interior do Estado, a fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo dos Supervisores das respectivas Seções de Suporte Administrativo e Operacional – Sesap.

§ 1º Os servidores designados de que trata o caput desta cláusula deverão:

- a. Realizar, no mínimo, 3 (três) orçamentos para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para aquisição de peças/insumos, por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, quando forem realizados nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), podendo ser dispensada essa exigência, de forma excepcional, quando o veículo estiver em trânsito em outros municípios, em viagens a serviço;
- b. Realizar a aquisição de combustíveis e a contratação de serviços de lavagem de veículos e borracharia, nos municípios sede da Seccional e das Subseções Judiciárias vinculadas (Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena), em credenciadas que apresentem menores preços da rede conveniada, devendo para tanto, manter constante pesquisa de mercado;
- c. Certificar a cada aquisição de peças, insumos, combustíveis e prestação de serviços, que o preço cobrado é compatível com o preços de mercado;
- d. Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, determinando à CONTRATADA o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- e. Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento deste Contrato.
- f. Comunicar formalmente à CONTRATADA as irregularidades cometidas;
- g. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução dos serviços, para fins de pagamento;
- h. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado e eventuais multas aplicadas;
- i. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
- j. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto;
- k. Encaminhar à área técnica ou à autoridade competente eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais;
- l. Manter registro de aditivos;
- m. Comunicar à área técnica ou à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores designados deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 3º A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedada à CONTRATADA a subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento, relativas as atividades de administração e gerenciamento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666, de 1993, desde que haja interesse da

CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na cláusula nonA deste instrumento, observando, em qualquer caso, os artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

- a. por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993;
- b. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 2º Ocorrendo a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666, de 1993, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, conforme previsão no art. 80, IV, da Lei n. 8.666, de 1993.

§ 3º Em qualquer hipótese de rescisão contratual a CONTRATANTE se obriga ao pagamento dos serviços executados até a data da rescisão.

§ 4º No procedimento que visa à rescisão contratual, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente instrumento fundamenta-se nas Leis n. 10.520, de 2002 e 8.666, de 1993, nos Decretos n. 10.024, de 2019 e 9.507, de 2018 e nas demais normas pertinentes, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Edital do Pregão Eletrônico n. 18/2022 e anexos, constante do Processo Administrativo Eletrônico n. 0002690-85.2022.4.01.8012, bem como à proposta da CONTRATADA, id. _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de Contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual do Sistema Eletrônico de Informações, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

ALINE FREITAS DA SILVA
Diretora da Secretaria Administrativa
Pela CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Cargo/Função
Pela CONTRATADA

Anexo I – Termo de Referência, id. _____;

Anexo II – Proposta Comercial, id. _____;

Anexo III – Especificações Técnicas, id. _____;

Anexo IV – Relação de Veículos e Grupos Geradores, id. _____.

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 29/11/2022, às 12:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16997771** e o código CRC **7B5ACD32**.